

**Demonstrações Financeiras**

**Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial**

31 de dezembro de 2018 e 2017  
com o Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras



## **Hotéis Othon S.A. – Em Recuperação Judicial**

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2018

### Índice

Relatório dos auditores independentes.....	3/10
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais .....	11/12
Demonstrações do resultado do exercício .....	13
Demonstrações do resultado abrangente.....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	16
Demonstrações do valor adicionado .....	17
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras .....	18/44

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Aos**  
**Administradores e Acionistas de**  
**Hotéis Othon S.A. – Em recuperação judicial**  
Rio de Janeiro – RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Hotéis Othon S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, de Hotéis Othon S.A. - Em recuperação judicial, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Empresa em continuidade normal dos negócios, que pressupõe a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal de suas operações. A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais nos exercícios anteriores.

Neste ano de 2018 apresentou prejuízo de R\$ 94.476 mil, no exercício de 2017 apresentou prejuízo de R\$ 40.115 mil, no exercício de 2016 apresentou prejuízo de R\$ 4.223 mil e, no ano de 2015 apresentou prejuízo de 23.818 mil, logo permanecendo ainda com passivo a descoberto e, como consequência, índices de liquidez negativos. A Companhia vinha, também, incorrendo em fluxos de caixa operacionais insuficientes, não tendo conseguido honrar parte dos seus passivos correntes.

Conforme mencionado no Contexto Operacional das Notas Explicativas, em 27 de novembro de 2018, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial na 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com suas controladas HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda e Othon Empreendimentos Hoteleiros S/A, com fundamento nas disposições dos artigos 47 e 48 da Lei 11.101/05.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

### **Outras observações**

#### **REFIS**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou sua desistência do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, tendo aderido na mesma data ao programa de parcelamento de débitos instituído pela Lei Federal 11.941/2009 (“REFIS IV”) em virtude da reabertura do prazo de adesão autorizada pela Lei nº 12.865/2013.

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e em setembro de 2017 e dezembro de 2018 procedeu com a consolidação

parcial dos débitos existentes, de modo que hoje não existem mais débitos parcelados na modalidade desta lei e aqueles débitos que não fizeram parte desta consolidação, retornaram ao passivo corrente da Companhia.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

### **Eventos Subsequentes**

Conforme explicado na Nota 1, item 1.2, em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou o Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados. Até a data de emissão deste relatório tal Plano ainda não havia sido submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, que ainda será convocada nos termos da referida Lei.

A continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas está diretamente vinculada ao sucesso na aprovação e implementação do plano de recuperação judicial, após a aprovação pela Assembleia de Credores, e à eventual geração de caixa para liquidação de suas dívidas.

Em fevereiro de 2019, a Companhia foi informada pelo seu corretor de seguros de que, dentro do processo de renovação da apólice de seguro das suas quatro unidades próprias e da Lavanderia Santo Aleixo, a seguradora, na qual foi originalmente depositada a proposta, recusou, dentro do período de análise e aceitação, a cobertura do risco, em função de as unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace estarem sem operações e sua política interna vedar o seguro de estabelecimentos nesta condição. Diante disto, a Administração contratou seguro para as unidades Rio Othon Palace, Savoy Othon Travel e Lavanderia Santo Aleixo e solicitou imediatamente à corretora de seguros que solicitasse cotação a todas as seguradoras do mercado para as demais unidades. Este processo está em curso, sendo que as seguradoras que manifestaram interesse preliminar no seguro estão procedendo à visitação e análise técnica para, posteriormente, apresentarem proposta.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um

todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### **1-) Impostos Ativos e Passivos**

A realização dos Impostos a Recuperar, Impostos Diferidos, Impostos a pagar e diversos Impostos Parcelados, que estão demonstrados nos balanços da Companhia, na avaliação realizada pela Administração da Companhia, envolve, também, julgamentos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar as bases tributárias. Envolvem também, o adequado registro dos juros multa e moras pelos passivos ainda em aberto. A realização inclui estimativas dos cálculos sobre esses atrasos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

#### **Como tratamos este assunto:**

Avaliamos a adequação e consistência dos valores apresentados e estimados, quando disponível, que foram confrontados com dados de fontes externas. Foi efetuada a avaliação da metodologia de cálculo dos juros, multas e moras. Avaliamos, também as opções apresentadas pela companhia com base em testes e na avaliação da aderência às leis tributárias brasileiras.

Examinamos a sua adequada divulgação dos valores nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

### **2-) Partes Relacionadas**

A Companhia realiza dentro do âmbito de suas operações, transações com partes relacionadas sobre seu controle.

Sendo diversas estas partes relacionadas, e devido ao volume transacionado, são identificadas como transações entre empresas sob o mesmo controle, portanto, devido a subjetividade e julgamento na apuração dos valores justos das operações, ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

#### **Como tratamos este assunto:**

Os procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a obtenção da compreensão dos procedimentos que a Companhia utiliza para identificar as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal por parte da Administração, a respeito do reconhecimento de todas as partes relacionadas com a Companhia. Foram efetuados testes de

forma substantiva e em base de teste das transações com partes relacionadas, bem como a eliminação dos efeitos, quando aplicável, nas demonstrações contábeis da Companhia.

Considerando os critérios e as premissas-chave adotados para avaliação e divulgação da transação, consideramos adequado o resultado destes procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O resultado de nossos testes foi que alcançamos com razoável segurança, nos valores apresentados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **3-) Imobilizado**

As controladas da Companhia possuem investimentos significativos em ativos imobilizado e intangível de vida útil definida necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos e retração econômica, existe um risco de não recuperação do valor total destes ativos.

De acordo com as normas contábeis brasileiras, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações e é responsável por avaliar a vida útil de seus ativos. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Conforme nota explicativa nº.9 a Administração procedeu neste exercício a avaliação de seus bens (impairment) com utilização de empresa especializada, cujos resultados e seus reflexos foram apropriadas nas contas específicas dos grupos e empresas.

#### **Como tratamos este assunto:**

Examinamos os Laudos de Avaliação apresentados pelo consultor externo e verificamos, sem comprovação de cálculos, a utilização de metodologia apropriada para avaliações desta natureza.

Revisamos as divulgações relacionadas a estes assuntos preparadas pela companhia.

O resultado de nossos procedimentos foi que alcançamos razoável segurança nos valores apresentados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Hotéis Othon S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente,

que emitiu relatório em 09 de março de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em

relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019

**ADVANCE Auditores Independentes SS**

*CRC/RJ 007.276/O-0*

*Registro CVM 12661*

**Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff**

*Contador CRC/RJ 028.998/O*



*Registro CNAI 209*  
*Sócio Responsável*

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	670	205	674	213
Títulos e valores mobiliários			963	962
Contas a receber (Nota 5)	9.896	9.259	10.727	9.876
Estoques (Nota 6)	1.755	2.555	1.755	2.555
Impostos a recuperar	4.923	21.947	5.263	22.900
Adiantamentos e outras contas a receber	1.100	1.044	1.365	1.320
Partes relacionadas (Nota 7)			26	26
Despesas antecipadas	115	207	116	208
Outros	408	484	417	494
Total do ativo circulante	18.867	35.701	21.306	38.554
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Partes relacionadas (Nota 7)	111.766	99.461	64.240	56.819
Depósitos judiciais (Nota 15)	10.551	7.817	10.724	7.990
Impostos diferidos		9.680		9.680
Outros	1.450	1.142	3.615	15.649
	123.767	118.100	78.579	90.138
Investimentos				
Em controladas e coligadas (Nota 8)	118.675	135.855	112	247
Outros	187	187	260	261
	118.862	136.042	372	508
Imobilizado (Nota 9)	249.374	254.558	382.182	411.139
Intangível	50	109	50	109
Total do ativo não circulante	492.053	508.809	461.183	501.894
<b>Total do ativo</b>	<b>510.920</b>	<b>544.510</b>	<b>482.489</b>	<b>540.448</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	4.915	7.485	4.915	7.485
Fornecedores e serviços públicos	7.677	6.156	5.835	6.930
Salários e encargos sociais	147.321	65.773	147.400	65.831
Obrigações tributárias	280.952	156.854	292.042	166.629
Adiantamento de clientes	15.990	19.569	15.990	19.569
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa REFIS (Nota 12)	6.435	18.699	6.569	18.868
Arrendamentos a pagar	274	262	274	263
Partes relacionadas (Nota 7)	13.670	13.433		
Outros	5.608	4.414	9.261	4.443
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>482.842</b>	<b>292.645</b>	<b>482.286</b>	<b>289.978</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)		203		203
Provisão para contingências (Nota 15)	6.855	14.927	27.561	31.720
Obrigações tributárias e previdenciárias parceladas (Nota 11)	22.187	28.329	22.187	28.329
Parcelamento de obrigações tributárias e previdenciárias pelo programa REFIS (Nota 12)	27.055	156.171	28.413	157.566
Partes relacionadas (Nota 7)	4.566	2.784	19.509	16.821
Contribuição social e imposto de renda sobre a reserva de reavaliação	104.214	106.031	119.493	128.564
Provisão para perda de investimento (Nota 8)	60.853	42.408		
Outras obrigações	28.610	18.916	28.742	19.064
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>254.340</b>	<b>369.769</b>	<b>245.905</b>	<b>382.267</b>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>				
Capital social (Nota 17)	31.984	31.984	31.984	31.984
Reserva de reavaliação	186.304	202.322	186.304	202.322
Ajustes de avaliação patrimonial	32.367	33.756	32.367	33.756
Prejuízos acumulados	(476.917)	(385.966)	(476.917)	(385.966)
Participações dos acionistas não controladores			(19.440)	(13.893)
	<b>(226.262)</b>	<b>(117.904)</b>	<b>(245.702)</b>	<b>(131.797)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>	<b>510.920</b>	<b>544.510</b>	<b>482.489</b>	<b>540.448</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado do exercício  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	76.831	75.025	78.537	76.856
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(29.388)	(28.285)	(29.390)	(28.288)
<b>Lucro bruto</b>	<b>47.443</b>	<b>46.740</b>	<b>49.147</b>	<b>48.568</b>
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(5.057)	(4.749)	(5.084)	(4.756)
Gerais e administrativas	(53.513)	(49.946)	(81.139)	(61.162)
Resultado da equivalência patrimonial, líquida (Nota 8)	(21.743)	(10.735)	(123)	(173)
Participação dos acionistas não controladores			5.547	2.320
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.863)	2.704	(4.034)	1.015
<b>(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>(37.733)</b>	<b>(15.986)</b>	<b>(35.686)</b>	<b>(14.188)</b>
Receitas financeiras (Nota 20)	13.064	9.400	14.256	10.539
Despesas financeiras (Nota 20)	(58.283)	(31.412)	(61.301)	(34.026)
	(45.219)	(22.012)	(47.045)	(23.487)
<b>(Prejuízo) operacional e antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	<b>(82.952)</b>	<b>(37.998)</b>	<b>(82.731)</b>	<b>(37.675)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 13)		(2)	(301)	(412)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	1.816	1.418	1.896	1.505
<b>(Prejuízo) das operações continuadas</b>	<b>(81.136)</b>	<b>(36.582)</b>	<b>(81.136)</b>	<b>(36.582)</b>
Resultado líquido das operações descontinuadas (Nota 14)	(13.340)	(3.533)	(13.340)	(3.533)
<b>(Prejuízo) líquido do período</b>	<b>(94.476)</b>	<b>(40.115)</b>	<b>(94.476)</b>	<b>(40.115)</b>

Prejuízo da Operação Continuada diluído por ação: (4,41)

Tipo de ação	Qtde. ações	Resultado por ação
Ordinária	10.477.917	-2,5186
Preferencial	7.894.494	-1,8976
<b>Total</b>	<b>18.372.411</b>	<b>-4,4162</b>

Prejuízo da Operação Descontinuada diluído por ação: (0,73)

Tipo de ação	Qtde. ações	Resultado por ação
Ordinária	10.477.917	-0,4141
Preferencial	7.894.494	-0,3120
<b>Total</b>	<b>18.372.411</b>	<b>-0,7261</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do período	(94.476)	(40.115)	(94.476)	(40.115)
Outros resultados abrangentes				
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>(94.476)</b>	<b>(40.115)</b>	<b>(94.476)</b>	<b>(40.115)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

							Controladora	
	Capital social	Reserva de reavaliação de bens próprios	Reserva de reavaliação controlada	Ajustes de avaliação patrimonial	Tributos sobre a reserva de reavaliação	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>31.984</b>	<b>108.609</b>	<b>170.241</b>	<b>35.145</b>	<b>(74.392)</b>	<b>(349.376)</b>	<b>(77.789)</b>	
Ajustes de exercícios anteriores								
Realização de parte da reserva de reavaliação		(5.341)		(1.389)	3.205	3.525		
Lucro do período						(40.115)	(40.115)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>31.984</b>	<b>103.268</b>	<b>170.241</b>	<b>33.756</b>	<b>(71.187)</b>	<b>(385.966)</b>	<b>(117.904)</b>	
Ajustes de exercícios anteriores								
Realização de parte da reserva de reavaliação		(5.341)	(13.882)	(1.389)	3.205	3.525	(13.882)	
Lucro do período						(94.476)	(94.476)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>31.984</b>	<b>97.927</b>	<b>156.359</b>	<b>32.367</b>	<b>(67.981)</b>	<b>(476.917)</b>	<b>(226.262)</b>	

  

							Consolidado		
	Capital social	Reserva de reavaliação de bens próprios	Reserva de reavaliação controlada	Ajustes de avaliação patrimonial	Tributos sobre a reserva de reavaliação	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio líquido acionistas controladores	Participação acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>31.984</b>	<b>108.609</b>	<b>170.241</b>	<b>35.145</b>	<b>(74.392)</b>	<b>(349.376)</b>	<b>(77.789)</b>	<b>(11.574)</b>	<b>(89.363)</b>
Ajustes de exercícios anteriores									
Realização de parte da reserva de reavaliação		(5.341)		(1.389)	3.205	3.525			
Lucro do período						(40.115)	(40.115)	(2.319)	(42.434)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>31.984</b>	<b>103.268</b>	<b>170.241</b>	<b>33.756</b>	<b>(71.187)</b>	<b>(385.966)</b>	<b>(117.904)</b>	<b>(13.893)</b>	<b>(131.797)</b>
Ajustes de exercícios anteriores									
Realização de parte da reserva de reavaliação		(5.341)	(13.882)	(1.389)	3.205	3.525	(13.882)		(13.882)
Lucro do período						(94.476)	(94.476)	(5.547)	(100.023)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>31.984</b>	<b>97.927</b>	<b>156.359</b>	<b>32.367</b>	<b>(67.981)</b>	<b>(476.918)</b>	<b>(226.262)</b>	<b>(19.440)</b>	<b>(245.702)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo do exercício	(94.476)	(40.115)	(94.476)	(40.115)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	8.318	8.327	11.651	11.678
Resultado de equivalência patrimonial	21.743	10.735	123	173
Provisão (reversão) para perdas	6.147	4.083	8.426	6.161
Reversão de provisões		(93)		(93)
Provisão para devedores duvidosos	683	216	683	216
Provisão para contingências	3.278	312	3.278	312
Juros apropriados	47.106	22.590	48.573	23.809
Juros sobre passivo fiscal	55.978	28.576	56.725	29.377
Juros sobre empréstimos e financiamentos	910	1.294	910	1.294
Juros sobre fornecedores	1.762	1.179	1.859	1.250
Juros sobre associadas	(11.544)	(8.459)	(10.921)	(8.112)
Participação dos não controladores			(5.547)	(2.320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.816)	(1.418)	(1.896)	(1.505)
	(9.017)	4.637	(29.185)	(1.684)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (aumento) em contas a receber	(1.321)	(3.061)	(1.534)	(3.098)
Redução (aumento) em estoques	800	101	800	101
(Aumento) redução em impostos a recuperar	26.704	25.641	27.317	25.477
Redução (aumento) adiantamentos e outras contas a receber	(56)	(8)	(45)	19.096
(Aumento) redução em outros ativos	(2.875)	(171)	9.469	(14.595)
Aumento (redução) em fornecedores	(3.415)	(2.062)	(2.955)	(1.922)
Aumento (redução) em salários e contribuições	81.549	8.213	81.569	8.187
(Redução) aumento em impostos a recolher	(79.402)	(16.977)	(86.040)	(16.820)
(Redução) aumento em outras exigibilidades	2.724	(3.970)	7.068	(3.560)
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes	(3.579)	(5.118)	(3.579)	(5.119)
Varição nas operações com partes relacionadas				
(Aumento) redução de contas a receber	(5.871)	(118)	(2.155)	5.299
(Redução) aumento de contas a pagar	982	1.354	(82)	(2.356)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais	7.223	8.461	648	9.006
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Títulos e valores mobiliários			(1)	15
Imobilizado	(3.075)	(3.081)	17.365	(3.643)
Investimentos		2	(13.868)	13
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades de investimento	(3.075)	(3.079)	3.496	(3.615)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Integralização de capital				
(Redução) aumento em empréstimos e financiamentos	(3.683)	(5.311)	(3.683)	(5.318)
Dividendos pagos a acionistas controladores				
Dividendos pagos a acionistas não controladores				
Outros				
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	(3.683)	(5.311)	(3.683)	(5.318)
<b>Aumento nas disponibilidades</b>	<b>465</b>	<b>71</b>	<b>461</b>	<b>73</b>
No início do período	205	134	213	140
No final do período	670	205	674	213
<b>Varição no saldo de disponibilidades</b>	<b>465</b>	<b>71</b>	<b>461</b>	<b>73</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas incluindo operações descontinuadas				
Serviços prestados e produtos vendidos	124.907	130.926	126.900	132.930
Outras receitas	2.256	6.799	5.363	7.188
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(683)	(216)	(683)	(216)
	<u>126.480</u>	<u>137.509</u>	<u>131.580</u>	<u>139.902</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços e materiais de uso e consumo	(59.185)	(54.133)	(81.378)	(60.567)
Perda / recuperação de ativos	(6.147)	(4.083)	(8.426)	(6.161)
Outros	(983)	(1.045)	(983)	(1.045)
	<u>60.165</u>	<u>78.248</u>	<u>40.793</u>	<u>72.129</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	(8.318)	(8.327)	(11.651)	(11.678)
	<u>51.847</u>	<u>69.921</u>	<u>29.142</u>	<u>60.451</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(21.743)	(10.735)	(123)	(173)
Receita financeira	13.181	9.432	14.373	10.570
Outras despesas operacionais	(3.128)	(4.177)	(3.777)	(4.245)
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b><u>40.157</u></b>	<b><u>64.441</u></b>	<b><u>39.615</u></b>	<b><u>66.603</u></b>
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	33.485	33.256	34.397	33.990
Benefícios	6.662	6.916	6.713	6.977
FGTS	2.863	2.739	2.904	2.826
	<u>43.010</u>	<u>42.911</u>	<u>44.014</u>	<u>43.793</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	13.999	13.140	14.890	13.969
Estaduais	851	743	852	748
Municipais	13.648	11.917	13.914	12.186
	<u>28.498</u>	<u>25.800</u>	<u>29.656</u>	<u>26.903</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	60.269	33.119	63.104	35.593
Aluguéis	2.856	2.726	2.864	2.749
	<u>63.125</u>	<u>35.845</u>	<u>65.968</u>	<u>38.342</u>
(Prejuízos) lucros retidos	<u>(94.476)</u>	<u>(40.115)</u>	<u>(94.476)</u>	<u>(40.115)</u>
Outros				
Participação dos acionistas não controladores			(5.547)	(2.320)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b><u>40.157</u></b>	<b><u>64.441</u></b>	<b><u>39.615</u></b>	<b><u>66.603</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto Operacional**

Hotéis Othon S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) é uma empresa de capital aberto, cuja atividade é a prestação de serviços na indústria hoteleira. Fundada em 1943, na época com outra denominação, seu primeiro hotel foi o Aeroporto Othon, inaugurado em 1944 no centro do Rio de Janeiro.

Em 1954 começou a ampliar sua presença em São Paulo, a Rede Othon começou a operar nessa região com o Othon Palace, junto ao viaduto do Chá, em meio ao coração financeiro da cidade.

Entre 1975 e 1979, a rede começa a expansão na linha dos grandes cinco estrelas, dobrando a sua oferta de apartamentos. São desta fase os hotéis Rio Othon Palace, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace.

Hotéis Othon tornou-se então a maior rede da América do Sul, e inovou os conceitos de gerenciamento de grandes unidades.

Hoje a Rede de Hotéis possui 4 hotéis próprios (estando 2 com a operação paralisada) e 8 administrados, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

### **Pedido de Recuperação Judicial**

Em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”), estas últimas “controladas em recuperação judicial” e com a Companhia “Recuperandas”, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante “Juízo da Recuperação Judicial”) nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001.

A crise financeira que acarretou no pedido de recuperação judicial tem sua origem em uma série de fatores, dentre os quais destacamos: (i) a crise financeira nacional dos últimos anos, que acarretou em perda acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) de 8,6% num período de 11 trimestres e aumento na taxa de desemprego de aproximadamente 6% para 13,7%, (ii) grave crise econômica no Estado do Rio de Janeiro que levou à deterioração dos serviços públicos, impossibilidade de pagamento em dia dos servidores estaduais, interrupção no fluxo de investimentos na capital e colapso do programa de Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, resultando em significativos aumentos nos índices de criminalidade, que mancharam a imagem da Cidade no restante do país e no exterior e fizeram com que o fluxo de turistas fosse reduzido drasticamente; e (iii) um processo de acirramento no cenário competitivo e de queda significativa no preço médio das diárias, em função da superoferta de leitos criada a partir do início das operações no país de aplicativos como o “Airbnb” e a abertura de diversos hotéis para atender a demanda da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Todos esses fatores ensejaram forte retração nas taxas de ocupação e grande declínio na tarifa média das diárias, com queda de mais de 30% (trinta por cento) desde o início da crise,

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concomitantemente ao contínuo incremento dos custos fixos da operação, seja pelas correções salariais decorrentes de convenções coletivas, seja pelos reajustes dos insumos em geral. Paralelamente a isto, impactaram significativa e diretamente os setores produtivos de capital intensivo, tais como o de óleo e gás e infraestrutura, maiores responsáveis pelos clientes no segmento de negócios, necessário para mitigar os efeitos adversos da sazonalidade do segmento de turismo de lazer.

A Companhia e suas Controladas em Recuperação Judicial avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a superação da crise, a proteção do valor dos seus ativos, o atendimento de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis, e, principalmente, para a manutenção da empresa, continuidade de suas atividades e preservação da sua função social.

Em 28 de novembro de 2018, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o processamento da recuperação judicial da Companhia e das controladas em recuperação judicial e nomeou como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei 11.101/05) o Dr. Bruno Galvão Souza P. de Rezende, OAB/RJ 124.405.

É de se ressaltar que a Companhia e suas controladas em recuperação judicial implementaram diversas medidas estratégicas no sentido de reorganizar as empresas e rever seus processos internos, com vistas a otimizar suas operações, reduzir seus custos e despesas, recuperar a eficiência operacional e financeira de suas atividades, assegurando, assim, sua viabilidade econômico-financeira. Dentre estas medidas podemos destacar:

- a) Aperfeiçoamento dos processos internos de precificação dinâmica de diárias, permitindo um *revenue management* mais assertivo e detalhado.
- b) A realização de um diagnóstico dos processos de compra de suprimentos, avaliação de oportunidades de redução de custo, planejamento e condução de negociações com fornecedores estratégicos; e
- c) Contratação de uma consultoria para mapear os processos críticos de suprimentos, sugerir a alteração das condições técnicas e comerciais no processo de compra, sugerir novos procedimentos, baseados nas melhores práticas de mercado, além de mediar e promover negociações com os fornecedores para garantir a continuidade do fornecimento de bens, materiais e serviços para as Recuperandas.

Adicionalmente, foi implementado um plano de redução de despesas, que incluiu a suspensão das atividades diretamente operadas nas unidades localizadas em Salvador e em Belo Horizonte, cujos prognósticos de geração de caixa se mostravam aquém do desejado, bem como foi realizada uma redução no quadro administrativo das Recuperandas, responsável pelas atividades de *back office*.

### **Plano de Recuperação Judicial**

Em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou ao

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juízo da Recuperação Judicial o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados.

O Plano será submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, a ser convocada nos termos da referida Lei. Ressalte-se que as condições finais de pagamento dos credores poderão ser modificadas até aprovação final do Plano em Assembleia Geral de Credores convocada com esse fim específico.

O Plano apresentado pela Companhia e pelas controladas em recuperação judicial contempla, dentre outros aspectos, (i) a eleição da novação como meio de recuperação judicial, na forma do artigo 50, IX da Lei 11.101/05, tal como prevista no artigo 360, I e seguintes do Código Civil brasileiro, sendo que, com a aprovação do Plano, as Recuperandas ficarão autorizadas a requerer e promover a baixa de toda e qualquer ação ou restrição cadastral de crédito relativa a dívidas e títulos sujeitos ao Plano, com a liberação das eventuais constrações já efetivadas, a fim de permitir e viabilizar a regularidade das operações da Empresa, e (ii) a obrigação e vinculação das Recuperandas e todos os credores sujeitos à recuperação judicial, seus herdeiros e sucessores a qualquer título ao Plano que venha a ser aprovado na forma legal e devidamente homologado.

Ainda de acordo com o Plano apresentado pelas Recuperandas, os credores foram classificados em quatro classes, em conformidade com o quanto disposto no art. 41 da Lei 11.101/05, a saber:

- i) Titulares de Créditos Trabalhistas
- ii) Titulares de Créditos com Garantia Real
- iii) Titulares de Créditos Quirografários
- iv) Titulares de Crédito Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)

A tabela abaixo demonstra o número de credores e o valor total dos créditos de cada classe de credores:

<b>Classe</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nº de Credores</b>	<b>Valor do Crédito</b>
I	Trabalhista	388	R\$ 3.624.294,79
II	Créditos com garantia real	0	R\$ 0,00
III	Quirografários	447	R\$ 43.204.454,95
IV	ME / EPP	45	R\$ 235.615,62
<b>Total</b>		<b>880</b>	<b>R\$ 47.064.365,36</b>

Desta forma, as Recuperandas reconhecem a existência de 880 (oitocentos e oitenta) credores concursais, cujos créditos totalizam o montante de R\$ 47.064.365,36 (quarenta e sete milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), na data do pedido da Recuperação Judicial.

Contudo, o quadro geral de credores apresentado acima poderá vir a ser modificado, sendo que tais modificações poderão inclusive vir a ser significativas e materiais. Havendo modificação, as

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disposições contidas no Plano serão aplicadas à relação de credores apresentada pelo administrador judicial através de edital, nos termos descritos no § 2º do artigo 7º da Lei 11.101/2005 ou Quadro Geral de Credores que venha a substituí-la. Com efeito, cumpre salientar que diversos credores requereram habilitações de novos créditos e/ou apresentaram divergências com relação aos créditos reconhecidos pelas Recuperandas, e o Administrador Judicial está analisando a pertinência destas habilitações e divergências.

O Plano também prevê que, com o pagamento dos créditos nas formas estabelecidas no Plano, haverá a quitação automática, plena, geral, irrestrita, irrevogável e irretroatável, de toda a dívida sujeita ao Plano, incluindo juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a quitação, os credores nada mais terão o que reclamar contra as Recuperandas ou qualquer de suas controladoras, controladas, subsidiárias, coligadas, afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico e, ainda, seus respectivos diretores, conselheiros, acionistas, sócios, agentes, funcionários, representantes, eventuais garantidores, sucessores e cessionários, extinguindo-se, de imediato, qualquer obrigação acessória que diga respeito ao respectivo crédito.

Adicionalmente, o Plano prevê que os créditos dos credores concursais serão pagos da seguinte forma:

### Classe I - Credores Trabalhistas

Pagamento de 100% do valor do crédito reconhecido no Quadro Geral de Credores até o final do 12º mês.

### Classe III – Credores Quirografários

Os Credores Quirografários (Classe III) poderão optar por receber através de uma das seguintes modalidades:

- a. Dar quitação integral do seu crédito, recebendo, em parcela única a ser paga em até 24 (vinte e quatro) meses, o equivalente ao menor valor entre o valor do seu crédito reconhecido no Quadro Geral de Credores e R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- b. Dar quitação integral do seu crédito, recebendo, em parcela única a ser paga em até 36 (trinta e seis) meses, o equivalente ao menor valor entre 70% (setenta por cento) do valor do seu crédito reconhecido no Quadro Geral de Credores e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
- c. Dar quitação integral do seu crédito, recebendo o equivalente ao menor valor entre o valor do seu crédito reconhecido no Quadro Geral de Credores e R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo o valor assim apurado dividido em 120 (cento e vinte) parcelas iguais, que serão pagas mensalmente, vencendo a primeira após carência de 36 (trinta e seis) meses, e que serão corrigidas pela variação do IGPM desde a data da homologação do plano até o efetivo pagamento.

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d. Dar quitação integral do seu crédito, recebendo o valor total reconhecido no Quadro Geral de Credores, em 20 (vinte) parcelas iguais, que serão pagas anualmente, vencendo a primeira após carência de 48 (quarenta e oito) meses, e que serão corrigidas pela variação da TR desde a data da homologação do plano até o efetivo pagamento.

A opção por uma das modalidades acima deverá ser manifestada no prazo improrrogável de até quinze dias contados da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial, através de correspondência ao Administrador Judicial com cópia às Recuperandas. A não manifestação dos credores no prazo acima fixado será considerada como opção pela modalidade residual de pagamento (opção D).

### Classe IV - Credores ME e EPP

Pagamento de 100% do valor do crédito reconhecido no Quadro Geral de Credores até o final do 12º mês.

### **Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional e plano de negócios**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 463.975 mil na controladora e R\$ 460.980 mil no consolidado, e passivo a descoberto de R\$ 226.262 mil na controladora e R\$ 245.702 mil no consolidado.

A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável deve-se, principalmente à forte retração do setor e da economia em geral, além de todas as razões da crise já explicitadas no parágrafo sobre o pedido de recuperação.

A Administração acredita que a nova legislatura aprovará as reformas estruturantes de que o país precisa, o que reduzirá sobremaneira o clima de incerteza atual e permitirá a recuperação da atividade econômica, que naturalmente favorecerá o setor de atuação da Companhia. Aliado a isto, a expectativa é de que o novo governo estadual vá atuar para a redução dos índices de criminalidade, que mancham a imagem da Cidade do Rio de Janeiro no resto do país e no exterior e afugentam um grande volume de turistas. Desta forma, acredita que estas medidas contribuirão para a recuperação das taxas de ocupação e para a recomposição dos preços de venda das diárias dos hotéis nas praças aonde atua, propiciando a continuidade das suas operações, sobretudo quando consideradas a força de sua marca, a localização privilegiada de suas unidades e a posição de referência consolidada em seu mercado de atuação.

Em paralelo, a Administração acredita na continuidade do processo de recuperação judicial e vem trabalhando para que o Plano seja aprovado pelos credores, equacionando o seu passivo concursal.

## **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2019.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2018 e em 31 de dezembro de 2017, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Hoje o método de equivalência patrimonial é considerado como estando dentro das IFRSs, e não mais exigindo a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

### **2.1. Base de mensuração**

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

### **2.2. Moeda funcional**

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### **2.3. Uso de estimativas e julgamentos**



## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### **3. Principais Práticas Contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### **a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **c) Receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

#### **d) Base de consolidação**

##### *Demonstrações financeiras consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

##### *Controladas*

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

### *Demonstrações financeiras individuais*

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>% de participação</u>
	<u>2018</u>
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68
Plantravel - Planej., Viagens e Turismo Ltda	98,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

### **e) Instrumentos Financeiros**

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- **Passivos financeiros derivativos**

Durante este exercício de 2018, a Companhia celebrou um instrumento financeiro derivativo (*swap*), com o fim de proteção (*hedge*), de forma a anular exposição à variação

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cambial do dólar americano em contrato de empréstimo. Em 2017, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

O reconhecimento de tal tipo de instrumento derivativo é feito inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e mensalmente o resultado líquido gerado por esta operação, é reconhecido segundo o regime de competência.

### **f) Contas a Receber**

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

### **g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

### **h) Ajuste a valor presente**

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

### **i) Estoques**

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

### **j) Investimentos**

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

### **k) Imobilizado**

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas “Outras despesas e/ou receitas operacionais”, no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

### **l) Demais ativos (circulante e não circulante)**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

### **m) Empréstimos, financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

### **n) Passivo circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. Desta forma, o passivo circulante e

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

não circulante estão sendo apresentados conforme seus vencimentos na data do pedido de recuperação.

### **o) Contribuição social e imposto de renda diferidos**

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído (“deemedcost”), considerando o CPC 32.

### **p) Passivos contingentes**

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela Administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

### **q) Ajuste a valor presente**

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

### **r) Informação por segmento**

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

### **s) Operações descontinuadas**

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

### **t) Demonstração do valor adicionado**

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

## **4. Caixa e equivalentes de caixa**

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos	662	197	666	205
Aplicações Financeiras	8	8	8	8
	<u>670</u>	<u>205</u>	<u>674</u>	<u>213</u>

As Aplicações Financeiras existentes referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

### 5. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	11.468	10.243	12.299	10.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.572)	(984)	(1.572)	(984)
	<u>9.896</u>	<u>9.259</u>	<u>10.727</u>	<u>9.876</u>

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	6.885	8.678	7.011	8.803
Vencidas até 30 dias	2.411	382	2.463	388
Vencidas de 31 a 120 dias	544	151	716	206
Vencidas de 121 a 180 dias	78	47	90	58
Vencidas há mais de 180 dias	1.550	985	2.019	1.405
	<u>11.468</u>	<u>10.243</u>	<u>12.299</u>	<u>10.860</u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração.

### 6. Estoques

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	683	1.073	683	1.073
Materiais de uso, consumo e manutenção	<u>1.072</u>	<u>1.482</u>	<u>1.072</u>	<u>1.482</u>
	<u>1.755</u>	<u>2.555</u>	<u>1.755</u>	<u>2.555</u>

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano têm características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.



## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Partes Relacionadas

#### Controladora

Partes Relacionadas	Categorias	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	56.055	52.510			3.390	2.544
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	23.294	21.628	651	715	1.403	1.179
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	28.459	26.699			1.722	1.290
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	14.274	13.421			864	651
Othon Administração S.A (1)	controladora			2.037	157		15
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras			1.656	1.367		
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada			12.810	12.424	(774)	(587)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	56.147	50.326			3.325	2.325
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	31.555	26.780			1.831	1.202
Plantravel (2)	controlada			860	1.009	(56)	(40)
Outros	outras	760	728	222	545	(161)	(120)
		210.544	192.092	18.236	16.217	11.544	8.459
Provisão para perdas		(98.778)	(92.631)			(6.147)	(4.083)
		<b>111.766</b>	<b>99.461</b>	<b>18.236</b>	<b>16.217</b>	<b>5.397</b>	<b>4.376</b>
<b>Circulante</b>				13.670	13.433		
<b>Não Circulante</b>		111.766	99.461	4.566	2.784		
		<b>111.766</b>	<b>99.461</b>	<b>18.236</b>	<b>16.217</b>		

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

(2) Demonstrações Financeiras auditadas

#### Consolidado

Partes Relacionadas	Categorias	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	56.055	52.510			3.390	2.544
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	23.550	21.866	685	747	1.418	1.213
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	28.459	26.699			1.722	1.290
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	15.234	14.323	13.006	12.219	134	102
Othon Administração S.A (1)	controladora	7.595	7.139	2.037	157	461	362
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	771	372	3.517	3.114	(89)	(67)
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	68.273	61.275	42	39	4.050	2.875
Outros	outras	747	652	222	545	(165)	(207)
		200.684	184.836	19.509	16.821	10.921	8.112
Provisão para perdas		(136.418)	(127.991)			(8.426)	(6.161)
		<b>64.266</b>	<b>56.845</b>	<b>19.509</b>	<b>16.821</b>	<b>2.495</b>	<b>1.951</b>
<b>Circulante</b>		26	26				
<b>Não Circulante</b>		64.240	56.819	19.509	16.821		
		<b>64.266</b>	<b>56.845</b>	<b>19.509</b>	<b>16.821</b>		

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

#### Termos e condições das transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) que até setembro de 2018 incidiam juros de 2% a.a. e variação do IPCA para atualização dos mesmos, e a partir de outubro de 2018 suas taxas foram revisadas pela Administração e os

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

novos contratos passaram incidir juros de 5% a.a. e variação do IPCA e com um prazo menor de vencimento, observados as condições comutativas de mercado. Os contratos vigentes vencem entre dezembro de 2018 a dezembro de 2036. As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

Os aluguéis pagos por força de arrendamento de propriedade de partes relacionadas são os geralmente praticados pelo mercado.

### Transações com o pessoal chave da Administração

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores que se encontram em Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração dos conselheiros e estatutários	496	824
Encargos sociais de diretores e conselheiros	5	14
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	81	36
	<u>582</u>	<u>874</u>

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

## 8. Investimentos

### Controladora

	Participação em 31/12/2018	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Equivalência patrimonial Reflexa		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
		%	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (2)	77,72	(78.298)	(54.565)	(23.792)	(9.806)	(18.445)	(7.621)					60.853	42.408
Cotonificio Othon Bezerra de Mello S.A (1)	20,27	(5.729)	(4.733)	(996)	(19.327)								
Cia. Agropastoril Vale do Rio Una (1)	6,36	485	1.136	(593)	(827)	(41)	(52)			31	72		
HBBH Novos Hotéis Ltda. (2)	99,68	117.374	134.631	(3.331)	(3.259)	(3.320)	(3.248)	(13.882)		116.999	134.201		
Plantravel – Planej., Viagens e Turismo (2)	98,00	1.679	1.614	65	(189)	63	186			1.645	1.582		
						(21.743)	(10.735)	(13.882)		118.675	135.855	60.853	42.408
Provisão para perdas em investimentos						(21.743)	(10.735)	(13.882)		118.675	135.855	60.853	42.408

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

(2) Demonstrações Financeiras auditadas

A Equivalência Patrimonial reflexa registrada na controladora é referente a redução do valor recuperável (*impairment*) de 2 imóveis de sua controlada HBBH, que possuía saldo de reserva de reavaliação. Os cálculos da redução estão abertos na nota 9 de imobilizado.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Consolidado

	Participação em 31/12/2018	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Equivalência patrimonial Reflexa		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto		
		%	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		Cia. Agropastoril Vale do Rio Una (1)	20,90	485	1.131	(592)	(827)	(123)	(173)			102	237	
Outros										10	10			
						(123)	(173)			112	247			
Provisão para perdas em investimentos						(123)	(173)			112	247			

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

(2) Demonstrações Financeiras auditadas

### a) Cia. Agropastoril Vale do Rio Una

A CAPVRU é uma Cia que tem como objeto social é a exploração agrícola e pastoril através da cria e recria de rebanhos bovinos, podendo estender as suas atividades a outros setores afins e correlatos aos seus objetivos e ainda, participar, na qualidade de acionista ou associada na exploração de quaisquer estabelecimentos industriais ou comerciais. A situação cadastral desta empresa encontra-se como “ativo”, porém sem operação que gere receitas (inoperante). O Grupo Othon possui 20,90% de participação subdivididos na seguinte forma: 6,36% diretos e 14,54% indiretos. Esse investimento é contabilizado pelo método de Equivalência Patrimonial.

### b) Outros Investimentos

São pequenas aplicações em bolsa realizadas por Othon Empreendimentos, onde os mesmos são avaliados ao custo de aquisição.

## 9. Imobilizado

Itens	CONTROLADORA				
	31/12/2018		31/12/2017		
	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuído	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos, edificações e construções (*)		312.426	(88.628)	223.798	229.635
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.190	(9.520)	3.670	4.451
Móveis e utensílios	7,14	28.376	(22.326)	6.050	6.877
Máquinas e equipamentos	6,67	24.443	(19.444)	4.999	4.613
Veículos	6,67	394	(265)	129	214
Computadores, periféricos e softwares	10	4.005	(3.440)	565	732
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	10.163	-	10.163	8.036
Total		392.997	(143.623)	249.374	254.558
Itens	CONSOLIDADO				
	31/12/2018		31/12/2017		
	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuído	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos, edificações e construções (*)		476.730	(120.133)	356.597	386.194
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.190	(9.520)	3.670	4.451
Móveis e utensílios	7,14	28.418	(22.368)	6.050	6.880
Máquinas e equipamentos	6,67	24.443	(19.444)	4.999	4.614
Veículos	6,67	497	(364)	133	227
Computadores, periféricos e softwares	10	4.037	(3.467)	570	737
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	10.163	-	10.163	8.036
Total		557.478	(175.296)	382.182	411.139

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(\*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R\$ 100.482 e do Consolidado de R\$ 176.917 não são depreciados.

A companhia avaliou a existência de evidências da necessidade de ajustes sobre valor de realização destes ativos (impairment) e baseado em laudo de avaliação técnica elaborado por empresa especializada procedeu com a provisão para perda dos Hotéis Bahia e Belo Horizonte dentro da controlada HBBH, e uma vez que existia uma reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido, tal perda foi lançada contra esta reserva existente.. Os detalhes da perda reconhecida no período são como segue:

	<b>Bahia Othon Palace</b>	<b>Belo Horizonte Othon Palace</b>	<b>Total</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2018</b>
Valor contábil antes da redução	84.823	48.278	133.101
Valor da redução dos terrenos	(7.193)		(7.193)
Valor da redução das edificações	(5.630)	(8.278)	(13.908)
Valor total de redução	(12.823)	(8.278)	(21.101)
Valor contábil após redução	72.000	40.000	112.000
Valor dos impostos s/ redução	4.360	2.814	7.173
Valor de redução no patrimônio líquido	(8.463)	(5.464)	(13.927)
			Participação HOSA (13.882)
			Part. não controladores (45)
			<b>Total da redução ao valor recuperável (13.927)</b>

No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja probabilidade de perda é determinada em avaliação individual do risco de cada processo pelos Escritórios advocatícios externos que os patrocinam. Cabe ressaltar, que em face do deferimento da recuperação judicial, todas as ações e execuções, a exceção das de natureza fiscal, em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial ficam suspensas, com exceção das de natureza fiscal.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Em moeda nacional</b>					
Capital de giro	19,14% a.a	60	712	60	712
Capital de giro	19,14% a.a	31	367	31	367
Capital de giro	19,14% a.a	19	227	19	227
Capital de giro	19,14% a.a	97	910	97	910
Capital de giro	9,85% a.a		3.269		3.269
Capital de giro	4,21% a.a	3.240		3.240	
Duplicatas Descontadas			96		96
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	1.436	1.993	1.436	1.993
Arrendamento mercantil financeiro	CDI	32	114	32	114
		<u>4.915</u>	<u>7.688</u>	<u>4.915</u>	<u>7.688</u>
Passivo circulante		4.915	7.485	4.915	7.485
Passivo não circulante			<u>203</u>		<u>203</u>
		<u>4.915</u>	<u>7.688</u>	<u>4.915</u>	<u>7.688</u>

(1) Contrato firmado em 23 de outubro de 2018, com principal de US\$ 867 a uma taxa de juros de 4,21% a.a., com vencimento em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando em janeiro de 2019.

Na mesma data, a Companhia contratou um instrumento derivativo *swap* com o Banco Bradesco S.A., com objetivo exclusivo de proteção (*hedge*), através do qual trocou uma exposição passiva à variação da taxa de câmbio do dólar americano, mais uma margem (*spread*) de 4,21% a.a., oriundo do contrato de financiamento acima, por uma taxa de juros pré-fixada em reais de 10,17% a.a. Tal instrumento derivativo foi contratado com o mesmo valor e com vencimento igual ao do financiamento.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019		203		203
2020				
Passivo não circulante		<u>203</u>		<u>203</u>

A Companhia concede como garantia, na maioria dos seus contratos de empréstimos, os direitos creditórios de sua titularidade.

### 11. Obrigações Tributárias Parceladas – Não Circulante

Os vencimentos dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2018 são demonstrados como segue:

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Parcelamentos</b>					
<b>Impostos</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Após 2022</b>	<b>Não Circulante</b>
ICMS					
ISS	1.250	671	295	188	2.404
IPTU	8.837	6.308	3.630	395	19.170
PARC. FEDERAL - IRRF	190	190	95		475
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	20	6			26
AFORAMENTO/LAUDÊMIO	24	24	24	16	88
OUTROS	6	6	6	6	24
	<u>10.327</u>	<u>7.205</u>	<u>4.050</u>	<u>605</u>	<u>22.187</u>

### Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI

Em dezembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em relação aos tributos IPTU e ISS, pelo prazo de 120 meses. No exercício de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente o IPTU restando, atualmente, apenas 14 parcelas a pagar do ISS (59 parcelas em 2014).

Nos meses de fevereiro, março e junho de 2013, a Companhia aderiu ao PPI Carioca, instituído através da Lei nº 5.546 de 27 de dezembro de 2012, formalizando o parcelamento de IPTU de todas as unidades, bem como o reparcélamento do ISS em até 84 parcelas.

### 12. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

	<b>Circulante</b>		<b>Não Circulante</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
REFIS – Lei 11.941/2009	6.399	8.107	26.573	29.335
REFIS – Lei 12.865/2013	0	10.558	0	126.369
REFIS – Lei 12.996/2014	36	34	482	467
	<u>6.435</u>	<u>18.699</u>	<u>27.055</u>	<u>156.171</u>

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e em setembro de 2017 e dezembro de 2018 procedeu com a consolidação parcial dos débitos existentes, de modo que hoje não existem mais débitos parcelados na modalidade desta lei e aqueles débitos que não fizeram parte desta consolidação, retornaram ao passivo corrente da Companhia.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

A movimentação dos tributos parcelados – REFIS IV, no ano de 2017 e 2018 foi como segue:

<b>Demonstrativo das variações no REFIS IV com a migração do saldo remanescente do REFIS I</b>				
	<u>Lei 11.941/2009</u>	<u>Lei 12.865/2013</u>	<u>Lei 12.996/2014</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	43.135	190.273	471	233.879
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente				
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação		(42.347)		(42.347)
Pagamentos (1)	(9.658)	(23.527)		(33.185)
Juros	3.965	12.528	30	16.523
<b>Saldo em 31 dezembro de 2017</b>	<b><u>37.442</u></b>	<b><u>136.927</u></b>	<b><u>501</u></b>	<b><u>174.870</u></b>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	37.442	136.927	501	174.870
Pagamentos (1)	(5.612)	(24.973)		(30.585)
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação		(112.339)		(112.339)
Juros	1.142	385	17	1.544
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b><u>32.972</u></b>	<b><u>(0)</u></b>	<b><u>518</u></b>	<b><u>33.490</u></b>
Passivo circulante	6.399		36	6.435
Passivo não circulante	26.573		482	27.055
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b><u>32.972</u></b>		<b><u>518</u></b>	<b><u>33.490</u></b>

### 13. Contribuição Social e Imposto de Renda

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(82.952)	(82.731)	(41.576)	(41.255)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas	(13.340)	(13.340)		
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(32.739)	(32.664)	(14.136)	(14.027)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	7.393	(41)	3.650	59
Despesas não dedutíveis	4.663	6.784	3.010	4.868
Compensação de prejuízo fiscal				
Crédito tributário diferido não contabilizado	22.339	29.819	5.387	8.070
Reversões de provisões administrativas	(4.089)	(4.089)	(1.146)	(1.146)
Realização da reserva de reavaliação	617	617	1.816	1.816
Participação de Acionista Não Controladores		(1.886)		(787)
Benefício adquirido pela migração para REFIS IV Lei 11.941				
Utilização do Prej. Fiscal acumulado como forma de quitação reabertura REFIS IV				
Outras		(135)	3	54
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<b>(1.816)</b>	<b>(1.595)</b>	<b>(1.416)</b>	<b>(1.093)</b>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período - operações descontinuadas				
Correntes		(301)	(2)	(412)
Diferidos	1.816	1.896	1.418	1.505
Alíquota efetiva	<b>2,19%</b>	<b>1,93%</b>	<b>3,41%</b>	<b>2,65%</b>

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

### 14. Operação descontinuada

Em virtude da atual situação econômica do país e os prejuízos acumulados da Unidade Aeroporto, o grupo adotou como estratégia descontinuar a Unidade. Dentro desse contexto, em 30 de agosto de 2018, com a rescisão do contrato de arrendamento mercantil, o Aeroporto Othon Travel deixou de operar.

E conforme comunicado na nota de eventos subsequentes do 3º trimestre, a Companhia também decidiu por encerrar suas atividades nas unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace a partir de 18 de novembro de 2018. Pois apesar de tradicionais e muito conhecidos nas regiões em que atuavam, devido ao cenário de redução econômica dos últimos anos, as duas unidades vinham apresentando queda nas taxas de ocupação, e com isto deixaram de apresentar resultados satisfatórios para a Empresa.



## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do período das 3 unidades são apresentados a seguir de forma separada:

	AEROPORTO	BAHIA	BELO HORIZONTE	TOTAL	AEROPORTO	BAHIA	BELO HORIZONTE	TOTAL
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	30/09/2017
<b>Resultado líquido de operações descontinuadas</b>								
Receitas	1.639	23.764	16.783	42.186	2.693	25.396	18.407	46.496
despesas	(3.062)	(29.512)	(22.312)	(54.886)	(3.636)	(26.995)	(19.398)	(50.029)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(1.423)</b>	<b>(5.748)</b>	<b>(5.529)</b>	<b>(12.700)</b>	<b>(943)</b>	<b>(1.599)</b>	<b>(991)</b>	<b>(3.533)</b>
Imposto de renda e contribuição social								
<b>Resultado líquido do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(1.423)</b>	<b>(5.748)</b>	<b>(5.529)</b>	<b>(12.700)</b>	<b>(943)</b>	<b>(1.599)</b>	<b>(991)</b>	<b>(3.533)</b>
Ganho ou perda em operações descontinuadas	(640)			(640)	-			
Imposto de renda sobre operações descontinuadas				-	-			
<b>Resultado líquido de operações descontinuadas</b>	<b>(2.063)</b>	<b>(5.748)</b>	<b>(5.529)</b>	<b>(13.340)</b>	<b>(943)</b>	<b>(1.599)</b>	<b>(991)</b>	<b>(3.533)</b>

### 15. Provisão para Contingências

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, tomou as providências cabíveis em cada situação e entende que são suficientes para salvaguardar o patrimônio líquido da Companhia, não existindo indicações da necessidade de reconhecimento de quaisquer contingências adicionais em relação às contabilizadas.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	3.699	5.155	1.902	5.009	3.699	5.155	1.902	5.009
Cíveis	2.222	3.644	12.819	2.751	22.928	3.817	29.612	2.924
Fiscais	934	1.752	206	57	934	1.752	206	57
	<b>6.855</b>	<b>10.551</b>	<b>14.927</b>	<b>7.817</b>	<b>27.561</b>	<b>10.724</b>	<b>31.720</b>	<b>7.990</b>

A Companhia figura como ré, em 31 de dezembro de 2018, em 193 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com vínculo empregatício, verbas rescisórias, FGTS, danos morais, integração da taxa de serviço ao salário, responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, indenizações decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho. A Administração de Hotéis Othon, com base na opinião de seus assessores legais, entende que a provisão de R\$ 3.699 é suficiente para resguardar o seu patrimônio líquido.

Especificamente no que diz respeito às contingências de natureza cível, o saldo de provisão abrange diversas ações, dentre elas há uma ordinária de ressarcimento de direitos autorais, propostas pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição ainda em curso contra Hotéis Othon S/A, iniciada na década de noventa, através da qual pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

musicais nos aposentos dos estabelecimentos, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências do Hotel. Essa ação foi proposta contra o Bahia Othon Palace. Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. Na Bahia a sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no Hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação e recurso especial em que não logramos êxito, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. O valor envolvido nessa ação gira em torno de R\$1.300.

No que tange as causas, cuja opinião dos assessores legais seja possível de perda, possuímos R\$ 5.198 de contingências de natureza cível e trabalhista e R\$ 11.635 de causas tributárias, esta última cabe ressaltar que é referente a valores constantes do passivo fiscal no Balanço Patrimonial da Companhia (Saldo de Obrigações Tributárias e encargos sociais).

### **16. Outros Passivos Contingentes**

a) A Companhia, através de ação de Embargos à Execução, discute o valor do crédito exigido pelo Banco Morada S.A., que requer em ação de Execução de Título Extrajudicial o pagamento do valor devido pelo inadimplemento das prestações mensais, corrigidas por índices ajustados no contrato de arrendamento mercantil (leasing) do imóvel onde funcionou o Hotel Pajuçara Othon, em Maceió – Alagoas. Os assessores jurídicos da Companhia divergem do valor executado pelo autor Banco Morada S.A., avaliando como possível a chance de êxito para a Companhia nesta demanda, de modo a reduzir o valor cobrado na ação. Atualmente a execução encontra-se suspensa por força da oposição de embargos pela Companhia, estando este em fase de perícia contábil. Um primeiro laudo pericial foi produzido nos embargos à execução e homologado por sentença. Contra essa decisão foi interposta apelação, a qual decretou a nulidade da sentença e determinou a complementação do laudo pericial. Um novo perito foi nomeado, cujos trabalhos estão em curso. Adicionalmente, a Companhia move contra o Banco Morada S.A. uma ação onde pretende haver deste a devolução do valor referente ao VRG (Valor Residual Garantido), pago junto com as contraprestações do contrato de leasing. Em junho de 2010 foi proferida sentença desfavorável a Companhia, tendo sido interposto recurso de Apelação. O Acórdão publicado em abril de 2011 deu provimento ao recurso, de modo a anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito observado o devido processo legal. Novo Perito nomeado pelo Juiz produziu laudo pericial desfavorável afirmando que não haveria VRG a ser restituído à Companhia. Frente tal Sentença interpusemos Recurso de Apelação, que foi provido para determinar a realização de nova perícia no Tribunal, a qual entendeu pela existência de VRG antecipado e apontou que o valor (incluindo juros de mora) seria de R\$16.990.268,94 em 28/10/2015, valor esse que serviu de base para condenar o Banco Morada S.A. a título de reembolso de VRG antecipado, corrigidos a partir de 01/09/2015. Foram opostos embargos de declaração pelo Banco Morada S.A., os quais foram parcialmente providos, para esclarecer que os juros de mora serão pagos

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme as regras da Lei 11.101/2005. Por fim, o Banco Morada S.A. interpôs recurso especial ao STJ.

### 17. Capital Social

Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BM&FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 39.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

### 18. Seguros

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2018, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Danos materiais	192
Roubo	71
Automóveis	1.100
Acidentes pessoais	624
Lucros cessantes	50.000
Responsabilidade Civil	15.000
Outros	9.886

### 19. Despesas com Contratos de Arrendamento - Controladora

A Companhia arrenda hotéis de terceiros, de acionistas e de companhias associadas. As despesas com esses arrendamentos estão apresentadas como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
De terceiros	19	53
De acionistas (pessoa física)	70	29
	<u>89</u>	<u>82</u>

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Resultado Financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	12.581	9.266	13.697	10.309
Juros recebidos por atraso	13	32	13	32
Rendimentos de aplicação financeira		1	3	15
Descontos obtidos	153	22	153	22
Outras receitas	317	111	390	192
	<u>13.064</u>	<u>9.432</u>	<u>14.256</u>	<u>10.570</u>
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.947	2.102	3.682	3.493
Juros sobre passivos fiscais	53.627	28.575	54.376	29.376
Juros sobre faturas fornecedores e serviços públicos	1.526	1.180	1.623	1.252
Tributos sobre receita financeira	605	435	780	568
Descontos concedidos	114	106	114	106
Outras despesas	464	1.156	726	1.374
	<u>58.283</u>	<u>33.554</u>	<u>61.301</u>	<u>36.169</u>

A linha de Juros sobre Passivos Fiscais contém a atualização dos parcelamentos de impostos, bem como os juros dos impostos correntes em atraso. No ano de 2017 tivemos uma redução referente a estorno de atualização do parcelamento do IPTU do Rio Othon que ocorreu no 1º trimestre devido a uma redução do passivo fiscal do parcelamento.

### 21. Receita Líquida

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta		
Receita com diárias	69.429	69.490
Receita de alimentos e bebidas (A&B)	10.050	10.980
Taxa de administração de hotéis	1.992	1.999
Outras receitas	4.689	4.171
Deduções da receita bruta		
Cancelamentos e devoluções		(1)
Descontos concedidos	(310)	(97)
Impostos	(7.313)	(9.687)
Receita líquida	<u>78.537</u>	<u>76.856</u>

### 22. Créditos Fiscais

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 91.253 e R\$ 91.003, respectivamente. Face a incerteza de sua recuperação, a Administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos.

## HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gestão de Riscos

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites.

Os principais riscos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

**Risco de mercado** - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido as mudanças nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

**Risco de taxa de juros** – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui baixo índice de endividamento bancário e seus empréstimos são atrelados a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

**Risco de crédito** – É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Companhia adota procedimentos para gerir o risco de crédito e minimizar o risco de default que passam pela seletividade e análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda pelo acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos que lhe são devidos. A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%.

**Risco Cambial** – Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio em contratos firmados em outras moedas.

Em 2018, com a finalidade de se proteger de exposição à variação da taxa de câmbio do dólar americano, mais uma margem (spread) de 4,21% a.a. em contrato de empréstimo firmado, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo de swap, através do qual substituiu tal exposição por uma taxa de juros em reais pré-fixada de 10,17% a.a. (vide NE 10 (1))

**Risco de Liquidez** - É o risco de que a Companhia enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidados pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

## **HOTÉIS OTHON S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as ações e execuções em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial, à exceção das de natureza fiscal, estão suspensas, e todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. As obrigações assumidas após o pedido de recuperação judicial não estão sujeitas a este procedimento e, portanto, deverão ser quitadas nos vencimentos acordados.

### **24. Eventos subsequentes**

Conforme explicado na Nota 1, item 1.2, em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou o Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados. E até a data de emissão desta Demonstração, tal Plano ainda não foi submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, que ainda será convocada nos termos da referida Lei.

Em fevereiro de 2019, a Companhia foi informada pelo seu corretor de seguros de que, dentro do processo de renovação da apólice de seguro das suas quatro unidades próprias e da Lavanderia Santo Aleixo, a seguradora na qual foi originalmente depositada a proposta recusou, dentro do período de análise e aceitação, a cobertura do risco, em função de as unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace estarem sem operações e sua política interna vedar o seguro de estabelecimentos nesta condição. Diante disto, a Administração contratou seguro para as unidades Rio Othon Palace, Savoy Othon Travel e Lavanderia Santo Aleixo e solicitou imediatamente à corretora de seguros que solicitasse cotação a todas as seguradoras do mercado para as demais unidades. Este processo está em curso, sendo que as seguradoras que manifestaram interesse preliminar no seguro estão procedendo à visitação e análise técnica para posteriormente apresentarem proposta.

\*\*\*\*\*

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração de Hotéis Othon S.A. vem apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil e os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

### Perfil e Histórico

A Companhia Hotéis Othon S.A ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, que possui atualmente 1.928 apartamentos distribuídos em 12 hotéis, sendo quatro próprios e oito administrados, tendo presença nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Destes, os hotéis em operação contam com 1.355 apartamentos.

### Recuperação Judicial

Ao longo do ano de 2018, o Grupo Othon continuou a sofrer com as consequências da crise política e econômica do Brasil, que ocasionou grave retração do PIB e redução da atividade econômica como um todo, além de aumento importante nos índices de desemprego. Adicionalmente, no Estado do Rio de Janeiro, aonde nossa operação é mais concentrada, sofremos com a crise fiscal do próprio Estado, que resultou na deterioração dos serviços públicos, impossibilidade de pagamento em dia dos servidores estaduais, interrupção no fluxo de investimentos e colapso do programa de Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, resultando em significativos aumentos nos índices de criminalidade e redução importante no fluxo de turistas. Adicionalmente, no setor hoteleiro carioca, houve um processo de acirramento no cenário competitivo e de queda significativa no preço médio das diárias, em função da superoferta de leitos criada a partir do início das operações no país de aplicativos como o "Airbnb" e a abertura de diversos hotéis para atender a demanda da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Todos esses fatores ensejaram forte retração nas taxas de ocupação e grande declínio na tarifa média das diárias, com queda de mais de 30% (trinta por cento) desde o início da crise, concomitantemente ao contínuo incremento dos custos fixos da operação, seja pelas correções salariais decorrentes de convenções coletivas, seja pelos reajustes dos insumos em geral.

Assim, a Administração avaliou que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a superação da crise, a proteção do valor dos seus ativos, o atendimento de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis, e, principalmente, para a manutenção da empresa, continuidade de suas atividades e preservação da sua função social.

Desta forma, a Companhia e suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. ajuizaram pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial”), perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 2018, pedido este que foi aceito no dia seguinte.

Em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), o qual será submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, a ser convocada nos termos da referida Lei. O Plano apresentado contém a proposta dos meios de recuperação a serem empregados, bem como proposta de pagamento aos credores, os quais estão sujeitos a alterações até a sua aprovação final e homologação pela justiça.

A Administração acredita que a nova legislatura aprovará as reformas estruturantes de que o país precisa, reduzindo sobremaneira o clima de incerteza atual e permitindo a recuperação da atividade econômica, o que naturalmente favorecerá o setor de atuação da Companhia. Aliado a isto, temos a expectativa de que o novo governo estadual vá atuar para a redução dos índices de criminalidade, que mancham a imagem da Cidade do Rio de Janeiro no resto do país e no exterior e afugentam um grande volume de turistas. A Administração acredita que estas medidas contribuirão para a recuperação das taxas de ocupação e para a recomposição dos preços de venda das diárias dos hotéis nas praças aonde atua, propiciando a continuidade das suas operações, sobretudo quando consideradas a força de sua marca, a localização privilegiada de suas unidades e a posição de referência consolidada em seu mercado de atuação. Em paralelo, a Administração acredita na continuidade do processo de recuperação judicial e vem trabalhando para que o Plano seja aprovado pelos credores, equacionando o seu passivo concursal.

### **Ações Comerciais**

Diante dos enormes desafios enfrentados, a área comercial da empresa teve forte atuação no sentido de buscar aumentar as taxas de ocupação e aumentar diárias médias, apesar da guerra de preços com o aumento da oferta de hotéis, principalmente no Rio de Janeiro. Além disso, o Grupo buscou redimensionar o patamar de seus custos e despesas. A forte atuação da Gerência Comercial e de Vendas da Empresa tem contribuído para minimizar os impactos negativos da crise econômica.

Mantivemos nossa estratégia comercial de consolidação no segmento de vendas *online*, guiada pela tendência de compra de pacotes de hospedagem e reservas via internet, extranet e GDS - *Global Distribution System*- ou seja, Sabre, Galileo e Amadeus. Clientes como Booking.com, Expedia.com, Decolar.com continuam aumentando o volume de vendas ano a ano, consolidando as OTA’s (Online Travel Agencies) na distribuição e comercialização da hotelaria.

Com o intuito de consolidar nosso posicionamento, continuamos a investir em modernidade e tecnologia de ponta, com o lançamento de um novo *website* e um *website mobile*. O objetivo da ação foi a captação em volume de vendas através do ambiente *web* de forma simples e rápida, propiciando ao cliente uma ferramenta de fácil comunicação com a Rede de Hotéis.



Também foram reforçadas as ações em mídias *online*, que incluem os *sites* e as redes sociais, onde a Rede Othon consolidou sua presença nesse mercado de potenciais hóspedes dispostos a comprar via *web*.

A rede de Hotéis Othon tem mantido ainda sua política agressiva com a consolidação das melhores práticas de *Revenue Management*, permitindo maximizar as receitas vis a vis a sazonalidade / distribuição dos segmentos de mercado.

O Othon *Special Guest* – Programa de fidelidade da Rede, feito em parceria com a empresa Voilà ([www.othonspecialquest.com.br](http://www.othonspecialquest.com.br)), ajudou também a reforçar a marca Othon no segmento *online*.

### **Medidas Operacionais**

A Administração implementou, ao longo de 2018, diversas medidas estratégicas no sentido de reorganizar o grupo e rever seus processos internos, com vistas a otimizar suas operações, reduzir seus custos e despesas e recuperar a eficiência operacional e financeira de suas atividades. Dentre estas medidas podemos destacar:

- a) Aperfeiçoamento dos processos internos de precificação dinâmica de diárias, permitindo um *revenue management* mais assertivo e detalhado.
- b) A realização de um diagnóstico dos processos de compra de suprimentos, avaliação de oportunidades de redução de custo, planejamento e condução de negociações com fornecedores estratégicos;
- c) Contratação de uma consultoria para mapear os processos críticos de suprimentos, sugerir a alteração das condições técnicas e comerciais no processo de compra, sugerir novos procedimentos, baseados nas melhores práticas de mercado, além de mediar e promover negociações com os fornecedores para garantir a continuidade do fornecimento de bens, materiais e serviços para as Recuperandas; e
- d) Implementação de um plano de redução de despesas, que incluiu uma importante redução no quadro administrativo da Companhia.

### **Descontinuidade de algumas unidades**

Com o intuito de melhor enfrentar os efeitos negativos da crise que já dura alguns anos, ao longo de 2018, decidimos descontinuar a atividade de algumas das nossas unidades. O Hotel Aeroporto teve suas atividades encerradas em agosto, enquanto que, em novembro, suspendemos as atividades nas unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace.

Apesar de tradicionais e muito conhecidos nas regiões em que atuavam, estas unidades vinham apresentando queda nas taxas de ocupação e nas diárias médias e com isto deixaram de apresentar resultados satisfatórios para a Companhia. Como a Administração não via perspectivas tangíveis de melhora em um futuro próximo, optou-se por descontinuar as atividades.

O resultado das unidades descontinuadas em 2018 foi de R\$ -13.340 mil, sendo R\$ -2.063 advindos do Hotel Aeroporto, R\$ -5.748 do Bahia Othon Palace e R\$ -5.529 do Belo Horizonte Othon Palace.

### **Receita Líquida das Atividades Continuadas**

Em 2018, a receita líquida das atividades continuadas foi de R\$ 76.831 mil na controladora e de R\$ 78.537 mil no consolidado, representando aumentos de 2,41% e de 2,19%, respectivamente, frente aos valores de 2017. A taxa de ocupação média dos nossos hotéis continuados subiu 5,22 pontos percentuais frente a 2017, atingindo 66,67%, ao passo que a diária média com café da manhã foi de R\$ 378,34, um decréscimo de -5,69% frente ao ano anterior.

### **Lucro Bruto**

O Lucro Bruto das atividades continuadas somou R\$ 47.443 mil na controladora e R\$ 49.147 mil no consolidado, representando incrementos de 1,5% e 1,19%, respectivamente, sobre os lucros brutos de 2017. A margem bruta foi de 61,75% e 62,58% na controladora e no consolidado, representando quedas de -0,55 e -0,61 pontos percentuais, respectivamente.

### **Prejuízo Líquido e Patrimônio Líquido**

Em 2018, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ -94.476 mil, frente a prejuízo apurado em 2017 de R\$ -40.115 mil. O aumento do prejuízo advém do incremento no prejuízo gerado pelas unidades descontinuadas, aumento nas despesas financeiras e aumento no resultado negativo de equivalência patrimonial.

Com isso, ao final do ano de 2018, Hotéis Othon S.A. apresentava um passivo a descoberto de R\$ 245.702 mil, com a dívida bruta, de curto e longo prazo, de R\$501.526 mil. Esta dívida bruta é composta por Empréstimos Bancários, de R\$4.915 mil, por obrigações tributárias e previdenciárias de curto e longo prazo em atraso, de R\$ 439.442 mil, e por obrigações tributárias parceladas de R\$ 57.169 mil.

### **Recursos Humanos**

Acreditamos que a execução da estratégia de Recursos Humanos depende de profissionais que possuam as competências esperadas pela empresa e tenham comprometimento identificação com os valores Othon, além de uma gestão clara e fortemente alinhada com os planos do Grupo.

A estratégia de recursos humanos tem como alicerces a excelência, respeito e transparência em suas relações com o capital humano, composto por nossa equipe de colaboradores.

A Companhia prioriza o investimento em programas de treinamento, voltados para todas as áreas da Empresa, visando maior capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, cujos resultados são cada vez mais positivos na avaliação dos nossos clientes. Em 2018 foi implantado um programa de Desenvolvimento Gerencial com o objetivo aumentar o nível de desempenho de todos os colaboradores em função de liderança.

A Companhia continuou adotando modelos de gestão participativa com comitês voltados para ações de melhoria visando à satisfação do pessoal: Reuniões de comunicação com equipe, Saúde, Segurança do Trabalho, Qualidade de Refeitórios e Vestiários, etc., o que tem proporcionado crescente participação e integração de todos os colaboradores.

Os canais de comunicação interna para todos os níveis também receberam especial atenção, com informações sobre a Companhia, programas de saúde e ações internas que são veiculadas através da TV Corporativa, murais e e-mail.

## **Responsabilidade Social**

A filosofia empresarial da Rede de Hotéis Othon está voltada à valorização do ser humano.

Consciente da responsabilidade social, a Companhia aperfeiçoou os programas de formação de colaboradores com necessidades especiais, jovens aprendizes e estagiários, com resultados expressivos e efetivo aproveitamento da força de trabalho da Empresa.

A Empresa apóia e incentiva ações sociais com participação dos colaboradores, como o Projeto Uerê (projeto voltado às crianças da favela da Maré), entre outros.

A saúde e segurança dos colaboradores é prioridade estratégica da Companhia, onde intensificamos ações de medicina preventiva e segurança do trabalho, aperfeiçoando os planos de saúde oferecidos aos nossos colaboradores e familiares.

O meio ambiente tem merecido também especial atenção da Companhia. Foi dada continuidade ao conceito OTHON VERDE junto aos colaboradores e clientes. Foram realizadas e incentivadas diversas ações voltadas à sustentabilidade. Entre outras, destaca-se a participação relevante no evento "*Clean Up the World*".

## **Audidores Independentes**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os serviços prestados por nossos auditores, Advance Auditores Independentes S/S e RSM Acal Auditores Independentes S/S, respectivamente, foram todos relacionados apenas à auditoria das Demonstrações Financeiras.

## **Parecer dos auditores independentes e Demonstrações Financeiras.**

Revisamos e discutimos as Demonstrações Financeiras da Companhia e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Advance Auditores Independentes S/S, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Finalizando, gostaríamos de expressar nosso agradecimento a nossos clientes, acionistas, prestadores de serviços e colaboradores pela confiança em nós depositada.

A Administração

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.